

50 mil professores e educadores em Manifestação

BASTA!

P.4 À P.11



P.12 À P.17 - VI CONVENÇÃO NACIONAL
ANDAEP, CONFAP, FNAEBS, FNE:
«POR UMA ESCOLA PARA TODOS»



P.22, P.23 - GRANDE ADESÃO NA
GREVE DE NÃO DOCENTES

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | P.3 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONTINUOU SEM APRESENTAR PROPOSTAS | P.18, P.19 - CICLO DE CONFERÊNCIAS PASSOU POR COIMBRA | P.20, P.21 - FNE APRESENTA CONTRIBUTO PARA ORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR 2018/19 | P.24, P.25 - UMA GREVE DE SUCESSO | P.26 - REUNIÃO NO MNE PARECE ABRIR CAMINHO PARA SOLUÇÕES | P.27 - OCDE - PORTUGAL PRECISA DE UMA VISÃO CLARA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS | P.28, P.29 - A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL E O FINANCIAMENTO | P.30, P.31 - SINDICATOS PROMOVEM NOVAS TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | P.32 À P.35 - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA
MAIO - 2018

Editorial



FALTA DE RESULTADOS NA NEGOCIAÇÃO INTENSIFICARÁ A LUTA

Docentes e não docentes, ao longo deste mês de maio, deram fortes sinais do seu descontentamento, da sua insatisfação e até da sua revolta, por verem que ficam sem resposta as suas reivindicações essenciais.

Estes sinais apontaram, no entanto, para a necessidade de que, urgentemente, a negociação, permita o encontro das soluções que dêem expressão à valorização de docentes e não docentes.

Mas também deixaram outra mensagem essencial, e é a de que se nos processos negociais o Ministério da Educação continuar a ignorar o que é considerado como essencial, o único caminho será o do aprofundamento da luta.

Por isso, o pré-aviso de greve já apresentado para as avaliações a partir do dia 18 de junho, deixa nas mãos do Governo a sua concretização. Se nas reuniões dos dias 4, 5 e 6 de junho não houver sinais claros de mudança, a greve será incontornável e só o Ministério da Educação será o responsável.

O Governo não pode dizer que vai tudo bem em educação e ao mesmo tempo as escolas estão a trabalhar sem recursos, com orçamentos limitados que constroem as possibilidades da sua ação.

Ao mesmo tempo que os seus profissionais docentes se sentem desgastado por horários intermináveis e preenchidos com tarefas que limitam o tempo para que se possam dedicar ao que é essencial, e que são os seus alunos.

Ao mesmo tempo que os docentes não veem reconhecido o tempo de serviço que esteve congelado e que agora deveria ter impacto no desenvolvimento da sua carreira, uma vez que até já prescindiram dos retroativos a que legitimamente teriam direito.

Ao mesmo tempo que não se tem consideração pelo elevado desgaste profissional que a atividade em educação provoca.

Ao mesmo tempo que os não docentes têm de responder ao quotidiano das escolas, em número insuficiente, e colmatando sistematicamente necessidades que não são inteiramente preenchidas.

É por isso que terminamos este mês de maio, num misto de esperança e de determinação. Esperança em que ainda seja possível encontrar caminho na negociação.

Determinação no desenvolvimento das lutas que forem necessárias para que os seus direitos sejam respeitados.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

Ministério da Educação continuou sem apresentar propostas

A Federação Nacional da Educação (FNE) esteve no passado dia 3 de maio numa reunião com o Ministério da Educação (ME) que, mais uma vez "foi um empurrar para a frente dos problemas, um adiamento da solução dos problemas identificados e da concretização dos compromissos assumidos", assinalou o Secretário-Geral da FNE à saída do encontro que acabava de ocorrer nas instalações do ME, em Lisboa.

Esta foi a segunda reunião sobre estas matérias e o Ministério limitou-se a apresentar algumas linhas que poderão estar presentes no próximo despacho de organização do próximo ano letivo, ouvindo por parte da FNE a "confirmação de que não podemos aceitar que continue a sobrecarga de trabalho dos professores, com a componente não letiva que não permite a compatibilização da vida do professor com a sua vida familiar, devido a toda a burocracia que ainda se abate sobre os professores", referiu João Dias da Silva.

A delegação da FNE que esteve no Ministério da Educação para uma reunião sobre horários de trabalho, desgaste e aposentação foi composta pelo Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, pela Vice-Secretária-Geral Lucinda Dâmaso e pelos Secretários Nacionais Maria José Rangel, Gabriel Constantino e José Eduardo Gaspar.

Para a FNE, aquilo que foi apresentado pelo Ministério da Educação continua a não resolver o problema do excesso de trabalho dos professores e que tem de ser combatido por normas que façam



com o que o conteúdo da componente letiva seja todo o tempo que é dispensado diretamente com alunos e que haja limites para o tempo de trabalho que constitui a componente não letiva, quer seja de estabelecimento ou a individual, pois o ME pode tentar limitar o que é a componente não letiva de estabelecimento, mas se não põe limite ao resto da componente não letiva esta torna-se um poço sem fundo a que as escolas acorrem para resolverem as suas necessidades de funcionamento.

É por isso que, como afirmou João Dias da Silva "todo este tempo de trabalho dos professores na componente não letiva deve ser contabilizado. E se é excedido, o professor deve ser compensado por esse excesso de tempo de trabalho realizado".

A verdade é que nesta reunião, o Ministério continuou a não dar respostas concretas a estes problemas da organização do tempo de trabalho dos professores ou sequer da aposentação. A FNE não se contenta com a afirmação do ME de que anda à procura de soluções. É preciso apresentar soluções concretas.

É preciso que o desgaste profissional seja reconhecido aos professores.

Segundo o SG da FNE "estes problemas têm de ser tratados no âmbito de uma negociação do Despacho de organização do ano letivo. O Despacho de 2018/2019 não pode sair sem ser baseado numa negociação em que a FNE participe e em que possa fazer com que estas exigências fiquem contempladas para haver acordo. O próximo ano tem de ter mudanças na organização do tempo de trabalho dos professores", afirmou.

A FNE não abdica de procurar a valorização do trabalho dos professores. Por isso, na manifestação de 19 de maio, todo este conjunto de reivindicações esteve em cima da mesa. A grande manifestação de professores serviu para dizer que não abdicamos de um só dia dos 9 anos, 4 meses e 2 dias que as carreiras estiveram congeladas. Exigimos horários adequados à exigência profissional. Exigimos aposentação justa. Exigimos o fim da precariedade. No dia 19 de maio mostrámos ao Governo que não abdicamos de uma única linha das nossas reivindicações.

Manifestação em Lisboa

50 mil professores gritaram *Basta!*

Cerca de 50 mil professores e educadores vindos de todo o país participaram no dia 19 de maio na manifestação que encheu a Avenida da Liberdade, em Lisboa, num claro sinal ao Governo de descontentamento e de luta.

Neste protesto, os professores multiplicaram a mensagem de que exigem que os 9 anos, 4 meses e 2 dias de serviço congelado seja contabilizado na totalidade, além da criação de horários adequados, a questão do regime especial de aposentação ao fim de 36 anos de serviço, a redução do número de alunos por turma e as regras dos concursos.

A FNE, através do discurso do seu Secretário-Geral (SG), João Dias da Silva, realizado no Marquês de Pombal repleto, lembrou que "os professores não adormeceram. Estão a lutar pela sua profissão contra as políticas de desvalorização que o Governo tem vindo a impor. Uma escola melhor depende destes profissionais que aqui estão", acrescentando ainda "que é tempo de dizer Basta!" e que "para a banca não há limites de financiamento".

A falta de respeito e de justiça foram denunciadas pelos professores na

rua, com João Dias da Silva a deixar o aviso: "E o que é que o governo quer fazer? Quer inventar uma fórmula que transforma os 9 anos 4 meses e 2 dias em 2 anos 10 meses e 18 dias. Isto não é uma questão de ilusionismo, isto não é uma questão do faz de conta. Isto seria inaceitável. Uma tal proposta revela falta de respeito pelas pessoas. Nós não estamos disponíveis para aceitar um pouquinho daquilo a que temos direito. O que aqui vimos dizer é que o governo tem de arranjar espaço para acomodar a recuperação integral de todo o tempo de serviço congelado".

O SG da FNE sublinhou ainda que "todos os governos sabem e a sociedade também sabe que é conosco, com cada um de nós em concreto, que depende a qualidade da escola e da educação. Só há educação de qualidade com professores e educadores respeitados e valorizados. Mas a valorização não se faz apenas por intenções ou por palavras de circunstância. A valorização dos educadores e professores inclui o respeito por todos e cada um de nós; inclui a determinação de condições de trabalho nas escolas, inclui limites ao tempo de trabalho que nos é exigido, inclui o direito a uma aposentação vivida com

dignidade, inclui estabilidade e segurança na profissão. Só assim teremos a garantia de uma escola de qualidade".

Entre várias palavras de ordem, João Dias da Silva transmitiu ainda que "uma escola que não tem profissionais com tempo para os seus alunos não é uma escola de qualidade. Uma escola que esgota os seus professores, sem lhes reconhecer condições de desenvolvimento profissional, retira-lhes o tempo para se dedicarem aos seus alunos, que é a essência da sua atividade profissional. Não queremos, não aceitamos uma escola em que aos seus professores não se respeita o tempo para trabalharem em condições com os seus alunos, porque é para este objetivo essencial que eles têm de estar na escola".

A fechar o discurso, e antes da descida da Avenida da Liberdade, em direção ao Rossio, João Dias da Silva deixou o aviso ao Governo para o que aí vem: "É por tudo isto que as próximas reuniões com o Ministro da Educação, no dia 4 de junho, têm de constituir uma oportunidade para se definirem temas e prazos para uma verdadeira negociação. Uma negociação que tem de ser exemplar em termos de âmbito e de inteira participação e reconhecimento de ambas as partes. Não podemos repetir experiências do passado que fizeram destes encontros meros episódios vazios de consequências".

Foi ainda aprovada pelos sindicatos, por unanimidade, uma resolução que deixa mais um alerta ao Governo: os professores estão prontos e disponíveis para continuar a lutar, admitindo a realização de uma greve em época de provas nacionais.





Intervenção do Secretário-Geral, João Dias da Silva na Manifestação Nacional de 19 de maio de 2018

Colegas

Ainda bem que viemos em tão grande número. Enganaram-se todos quantos apostaram que não era possível voltar a concentrar aqui um tão grande número de professores. Enganaram-se todos aqueles que se convenceram de que os professores estavam domesticados, adormecidos, conformados. Enganaram-se todos quantos quiseram fazer convencer a sociedade de que bastava fazer de conta que havia mais diálogo para que os professores se acomodassem e não incomodassem.

Não, os professores não se deixam domesticar. Os professores não são embalados por historietas mal contadas, os professores não adormecem e não se conformam, porque não desistem de lutar pela profissão. Porque os professores sabem que contra a sua força não há possibilidade de impor políticas de desvalorização, nem da profissão, nem dos seus profissionais, nem do trabalho que todos os dias realizam com os seus alunos.

É por isso que estamos todos aqui, com esta dimensão. Porque temos consciência de que os governos esquecem a sua responsabilidade de ter consideração pelos profissionais que tutelam. Porque não chega dizer que a escola é a sua paixão ou que defenderão intransigentemente os educadores e professores. Porque é preciso lembrar aos governos que não podem contornar nem evitar a necessidade de os professores e educadores portugueses serem prestigiados, reconhecidos e valorizados. Porque sabemos que, ao serem valorizados, estar-se-á a promover uma escola melhor.

Uma escola melhor depende de todos os que aqui estamos. Nós somos a escola. Nós construímos a escola. Todos os governos sabem e a sociedade também sabe que é connosco, com cada um de nós em concreto, que depende a qualidade da escola e da educação.

Só há educação de qualidade com professores e educadores respeitados e valorizados. Mas a valorização não se faz apenas por intenções ou por palavras de circunstância. A valorização dos educadores e professores inclui o respeito por todos e cada um de nós; inclui a determinação de condições de trabalho nas escolas, inclui limites ao tempo de trabalho que nos é exigido, inclui o direito a uma aposentação vivida com dignidade, inclui estabilidade e segurança na profissão. Só assim teremos a garantia de uma escola de qualidade.

Então, se é assim, se há uma consciência coletiva de que é assim que deve ser, porque é que foi necessário chegar a este ponto? Porque é que foi necessário que os educadores e professores portugueses tivessem de vir aqui hoje, em tão grande número, com esta dimensão e com esta força?

Porque, apesar das palavras e das boas intenções anunciadas, na prática, continuamos a não ver concretizados aspetos essenciais em que se tem de traduzir esse reconhecimento. O que está em causa e o que nos mobiliza aqui é que a nossa profissão e o que a sociedade espera de nós tem de ter condições de exercício profissional que têm sido desconsideradas. É que nós queremos trabalhar numa escola de qualidade, numa escola que tem condições para acolher e trabalhar com todos e cada um dos seus alunos.

Ora, uma escola que não tem profissionais com tempo para os seus alunos não é uma escola de qualidade. Uma escola que esgota os seus professores sem lhes reconhecer condições de desenvolvimento profissional, retira-lhes o tempo para se dedicarem aos seus alunos, que é a essência da sua actividade profissional. Não queremos, não aceitamos uma escola em que aos seus professores não se respeita o tempo para trabalharem em condições com os seus alunos, porque é para este objetivo essencial que eles têm de estar na escola.

Portanto, é tempo de dizer Basta! Basta! a todas as tentativas de esmagar o que é de direito, Basta! a todas as tentativas de evitar cumprir o que é de justiça. O que é de direito e o que é de justiça não se discute, não se mede se é mais ou se é menos. O que é de direito e o que é de justiça, respeita-se. E é esse respeito que nós vimos aqui exigir. Porque esse respeito tem faltado quando o governo não considera que é legítimo, que é justo e incontornável que todo o tempo de serviço que esteve congelado seja considerado para o desenvolvimento da carreira dos professores.

Porque esta é uma questão de justiça. E o governo não pode ficar à espera do que sobra para admitir cumprir esse direito dos professores. E o governo não pode dizer só que foi sensível à iniquidade que era a não

consideração para os professores do tempo de serviço que esteve congelado. Esta não é uma questão de sensibilidade; esta é uma questão de justiça.

O governo não pode andar a medir para saber até onde é que pode ir, talvez à espera de saber quanto é que lhe vão custar ainda os desvarios de alguns banqueiros. Porque para estes não há limites, para estes tem de haver sempre folga orçamental. Só para pagar o que é devido aos professores é que não há margem ou espaço seja para o que for.

Esta é uma falta de respeito que não pode deixar de ser denunciada, com toda a força, porque representa a desconsideração de todo o trabalho que os professores realizaram em 9 anos, 4 meses e 2 dias. Digamos bem alto para que se ouça e lembre o que é nosso: 9 4 2. Nesse tempo, os alunos tiveram aulas, nesse tempo, os alunos foram avaliados, nesse tempo, os alunos foram certificados, nesse tempo, os alunos foram acompanhados nas suas dificuldades, para as superarem.

E o que é que o governo quer fazer? Quer inventar uma fórmula que transforma os 9 anos 4 meses e 2 dias em 2 anos 10 meses e 18 dias. Isto não é uma questão de ilusionismo, isto não é uma questão do faz de conta. Isto seria inaceitável. Uma tal proposta revela falta de respeito

pelas pessoas. Nós não estamos disponíveis para aceitar um pouquinho daquilo a que temos direito. O que aqui vimos dizer é que o governo tem de arranjar espaço para acomodar a recuperação integral de todo o tempo de serviço congelado.

Os professores já fizeram a sua parte nesta matéria; os educadores e professores portugueses já prescindiram de recuperar o dinheiro que perderam por terem visto a sua carreira congelada, por terem visto reduzidos os seus vencimentos, por terem perdido subsídios de férias e subsídios de Natal, por terem pago sobretaxas de IRS, tudo no valor de muitas centenas de milhões de euros; os educadores e professores portugueses já admitiram que esta legítima recuperação do tempo de serviço seja só concluída no final da próxima legislatura. Querem mais ainda de cedência por parte dos professores? E o governo fica com o quê? Com a sensibilidade mais apurada pela justiça que é devida aos professores?

É muito pouco. Ao governo cabe cumprir a sua parte e que é iniciar a contagem da recuperação do tempo de serviço congelado, nos termos que vierem a ser negociados. Esta questão da recuperação do tempo de serviço é um sinal extremamente relevante da forma como o governo quer tratar os seus educadores e professores.





Mas o respeito pelos educadores e professores portugueses também se terá de manifestar através de medidas que permitam uma aposentação em tempo justo e que possa ser vivida com dignidade, e valorizando todo o empenho profissional que marca a vida de cada professor. O desgaste profissional docente é amplamente conhecido e reconhecido, pelo que é inultrapassável, pelo respeito que o trabalho dos docentes deve merecer, o direito a que o acesso à aposentação seja definido através de regras que reconheçam esse desgaste. As nossas escolas precisam que os seus profissionais com mais experiência possam enquadrar e acompanhar professores mais novos. E para termos professores mais novos precisamos que os mais novos queiram ser professores.

Para isto, precisamos de uma profissão atrativa, de uma profissão que não seja só dos de mais idade, que não seja da instabilidade e da precariedade, que não seja da falta de tempo para a família; é preciso mudar estes atributos que marcam a profissão no nosso país. Precisamos que os mais novos queiram ser professores; os nossos alunos têm direito a ter professores mais novos ao lado de professores com mais experiência. Uma escola de qualidade precisa de uma profissão docente rejuvenescida.

Torna-se, assim, essencial, garantir a definição de regras que promovam esse rejuvenescimento e essa consideração do especial desgaste profissional docente.

O respeito pelos educadores e professores também tem de se manifestar por horários de trabalho que permitam o desenvolvimento de um bom trabalho com os alunos e por causa dos alunos; mas para isso é preciso que se determinem limites para o tempo de trabalho dos professores, com a clara determinação do conteúdo de cada uma das suas componentes. Os professores são hoje conhecidos pela dimensão exagerada do tempo de trabalho que têm de desenvolver para garantirem que as escolas funcionam. Esta é a consequência da falta de investimento do Estado em políticas que façam com que as escolas tenham os profissionais que são imprescindíveis para que elas funcionem e que os seus alunos tenham boas condições de aprendizagem. Esta é a consequência da insuficiência da aposta em profissionais para todas as dimensões da escola.

O resultado é a atribuição aos professores de todas as tarefas, de todo o tipo, obrigando-os a prescindirem do tempo que devia ser para as famílias para estarem ainda a tratar das questões da escola. Não pode haver só limites para o tempo de trabalho letivo; também tem de haver limites para o tempo de trabalho não letivo; este não pode continuar a ser o poço sem fundo onde as escolas vão buscar o tempo imprescindível para que possam funcionar plenamente. A determinação de limites para o tempo de trabalho profissional tem de garantir que cada um e cada uma possa viver a sua vida pessoal e familiar em plenitude.

O respeito pelos educadores e professores também tem de se manifestar por regras claras nos concursos, sem atropelos e mudanças de critérios, feitas às escondidas, sem conhecimento prévio dos interessados e sem qualquer preocupação do envolvimento destes nos processos de decisão naquilo que lhes diz respeito. Em cada etapa dos concursos, somos surpreendidos com uma mudança, com uma alteração, não anunciadas, não justificadas. Os concursos, que deveriam ser um fator de segurança e de confiança para os professores, estão transformados num processo de total instabilidade e insegurança.

Assim, não pode ser. Aqui também, exige-se respeito. É por tudo isto que as próximas reuniões com o Ministro da Educação, no dia 4 de junho, têm de constituir uma oportunidade para se definirem temas e prazos para uma verdadeira negociação, uma negociação que tem de ser exemplar em termos de âmbito e de inteira participação e reconhecimento de ambas as partes. Não podemos repetir experiências do passado que fizeram destes encontros meros episódios vazios de consequências.

Colegas,

A nossa presença aqui é o sinal claro de que não permitimos que nos desrespeitem.

É o sinal claro de que o nosso empenho numa escola de qualidade resulta da expressão pública do reconhecimento dos profissionais da educação pelo governo.

É o sinal de que não desistimos.

É o sinal de que não nos calamos.

É o sinal de que não nos conformamos.

Vivam os educadores e professores portugueses.



Manifestação Nacional dos Professores e Educadores

Resolução



Considerando que:

- À medida que a atual Legislatura foi avançando, Governo e Ministério da Educação foram, cada vez mais, desrespeitando compromissos, desvalorizando o relacionamento institucional com os docentes e as suas organizações representativas e tornando inconsequente a negociação;

- Muitos dos velhos problemas que afetavam os professores se têm agravado e, simultaneamente, foram criados novos problemas que penalizam os docentes nos seus direitos e nas suas condições de trabalho;

- Há compromissos, há muito, assumidos pelo Ministério da Educação e Governo, com as organizações sindicais de

professores, que continuam por concretizar, com destaque para a contagem de todo o tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento;

- Se verifica um cada vez maior desgaste dos docentes, decorrente das suas más condições de trabalho, designadamente dos horários ilegais a que estão sujeitos, e de um reconhecido, penalizador e prejudicial envelhecimento na profissão, em relação ao qual, porém, o Governo continua a nada fazer;

- O grave problema da precariedade dos professores continua a afetar milhares de docentes que, com vínculo precário, satisfazem necessidades permanentes das escolas e do sistema educativo, incluindo, também, a reprovável situação vivida pelos professores

que exercem funções nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), que continuam a ser discriminados e tratados, pelo Ministério da Educação, como trabalhadores de terceira categoria, situação que, aliás, também é vivida pelos professores que exercem atividade no Ensino Português no Estrangeiro (EPE);

- Os concursos que decorrem, sejam os relacionados com a colocação de docentes, seja o de progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira, estão marcados por falta de transparência, irregularidades e ilegalidades, resultado da abordagem obstinada e incompetente que é feita pela administração educativa;

- O processo de alegada descentralização que o governo pretende impor, desde logo, na Educação, põe em causa níveis importantes de autonomia das escolas, transferindo para os municípios competências que deverão ser suas;

O Ministério da Educação se prepara para impor novos quadros legais que não resultam de qualquer avaliação de experiências realizadas e, por norma, não envolveram os professores na sua aprovação, com destaque para os relativos à flexibilidade curricular e à inclusão escolar;

Os Professores e Educadores presentes na Manifestação Nacional realizada em 19 de maio de 2018, em Lisboa, exigem do Governo e do Ministério da Educação respeito! Respeito, traduzido em medidas concretas, pela sua profissão, pelas suas condições de trabalho, pela sua carreira, pela sua estabilidade e, nesse sentido, reclamam:

1) A contagem integral do tempo de serviço que prestaram para efeitos de carreira, desde logo os 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento, tal como impõe a Lei do Orçamento do Estado para 2018, devendo iniciar-se de imediato o processo negocial previsto no seu artigo 19.º, para fixar o prazo e o modo da recuperação;

2) Um horário de trabalho semanal de 35 horas efetivas, com todas as atividades a desenvolver diretamente com os alunos integradas na componente letiva, as reuniões e formação contínua na não letiva de estabelecimento e as reduções do artigo 79.º do ECD a reverterem para a componente individual de trabalho;

3) A aprovação de um regime específico de aposentação dos professores a aplicar já no próximo ano ou, de imediato, um regime de antecipação sem penalização de idade e sem aplicação do chamado fator de sustentabilidade;

4) A reposição da legalidade nos concursos que estão a decorrer, quer para colocação de professores, quer para progressão aos 5.º e 7.º escalões, na sequência de um urgente processo negocial a desenvolver com as organizações sindicais;

5) A resolução do problema da precariedade, com a abertura de vagas de acordo com as necessidades reais e permanentes das escolas, e, no caso dos docentes que prestam funções nas AEC, de imediato, com a sua manutenção na 2.ª prioridade do concurso e, a partir do próximo ano escolar, com a promoção das atividades pelas escolas e a contratação dos profissionais não como técnicos, mas como docentes;

6) A generalização da flexibilidade curricular só após feita a avaliação da experiência realizada; a aplicação do regime de

inclusão escolar apenas a partir do ano 2019/20, após um amplo processo de informação e formação de todos os professores; a garantia de um processo de verdadeira descentralização, mantendo nas escolas todas as competências relativas à gestão de pessoal, aspetos pedagógicos, ofertas educativas e formativas e ação social escolar, entre outras.

Relativamente a estas reivindicações e, em particular, às que decorrem da Declaração de Compromisso assinada pelo Governo e pelas Organizações Sindicais em 18 de novembro de 2017, os Professores e Educadores exigem o seu cumprimento, na sequência de processos negociais, cujo objeto e prazos terão de ficar definidos nas reuniões, finalmente, convocadas com a presença do Ministro da Educação, para os dias 4 e 5 de junho. Se tal não acontecer, os Professores e Educadores manifestam disponibilidade para continuar a luta, se necessário, ainda no presente ano escolar.

Lisboa, 19 de maio de 2018

Os Professores e Educadores presentes na Manifestação Nacional



GALERIA DE FOTOS





«Por uma escola para todos»



Participantes de todos os pontos do país estiveram presentes no Europarque, em Santa Maria da Feira, na VI Convenção Nacional FNE, CONFAP, ANDAEP, FNAEBS - "Por uma escola para todos" - que decorreu no dia 26 de maio e que este ano contou com a presença de Maria Emília Brederode dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Educação e de David Rodrigues, Presidente da Pró-Inclusão-Associação Nacional de Docentes de Educação Especial.

A sessão de abertura esteve a cargo dos Presidentes da FNAEBS (Fátima Pinho) e da ANDAEP (Filinto Lima) e também do Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Emídio Sousa, tendo todos sublinha-

do a pertinência do tema escolhido para esta iniciativa, realçando também como fundamental a discussão do futuro de uma escola inclusiva.

"O século 21 coloca a educação no centro da mudança social»

A primeira conferência da manhã versou sobre o tema "Por uma

escola para todos": e quem são "Todos"? e teve como convidada Maria Emília Brederode dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Educação e Pedro Barreiros (FNE) e Álvaro A. Santos (ANDAEP) como moderadores.

Maria Brederode começou por congratular a educação portuguesa pelos progressos verificados no pós 25 de Abril, realçando ainda que Portugal é vista aos olhos do resto do mundo como um "case study", alcançando até em 40 anos o que países do norte da Europa levaram séculos a conseguir.

A Presidente do Conselho Nacional de Educação mostrou ainda números que demonstram que

Portugal precisa ainda de encetar uma luta pela redução do analfabetismo, sendo que neste momento o país tem cerca de 500 mil analfabetos, com especial incidência em idosos e mulheres, valor que está na média europeia.

Foi também realçado que "Portugal tem resultados melhores na língua materna do que por exemplo França e Alemanha.

Maria Brederode defendeu ainda "que é necessário que as escolas se tornem não de massas, mas à medida de cada aluno. O século 21 coloca a educação no centro da mudança social e tem de ser uma exigência também social e para todos".



A fechar, a Presidente do Conselho Nacional de Educação lembrou que "é necessário lembrar dos invisíveis e os preconceitos do sistema e combatê-los. A escola não é responsável pela sociedade discriminatória, mas é fundamental para combater isso e é preciso contar com pais, alunos e professores nessa luta", terminou.



"É necessário educar todos e com todos"

David Rodrigues, Presidente da Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial foi o orador convidado para a segunda conferência da manhã - "Conceitos, razões e caminhos para a Educação inclusiva" - com Alberto Santos (CONFAP) e Ana Gabriela Moreira (ANDAEP) como moderadores do debate.

E o Presidente da Pró-Inclusão começou por apresentar conceitos, razões e caminhos para uma educação inclusiva acrescentando em seguida que o maior inimigo que a inclusão pode ter é a ideia de que tem de ser perfeita, defendendo que o melhor que se pode fazer "é todos os processos sociais partirem de onde estamos. E para isso é preciso lutar por mais recursos e meios".

David Rodrigues reforçou que o caminho para uma educação inclusiva passa por "educar todos e com todos. Todos os alunos importam. Só assim podemos combater a desigualdade e assegurar a igualdade de oportunidades".

Referiu também que a inclusão é um processo que promove a participação escolar aos alunos mais vulneráveis e que "precisamos derrubar

barreiras dentro da escola. A finalizar, o líder da Pró-Inclusão defendeu a perspetiva de que os professores devem variar na aprendizagem, realçando ainda que "uma escola inclusiva permite desenvolver uma solidariedade entre a comunidade escolar. Mas para isso é precisa a colaboração entre todos na escola. Todos têm de contribuir para uma melhor educação."



"Tem de existir iniciativa inclusiva"

Após uma apresentação musical a cargo de Luzia Lima, no violino e da Professora Francesca Serafini no piano, deu-se a abertura do painel da tarde que teve como título "A Educação Especial em Portugal - as perspetivas dos Partidos Políticos" e esta conversa contou com representantes de vários Grupos Parlamentares.

Manuela Tender, deputada do PSD, foi a primeira a intervir e começou por sublinhar que é necessário apostar num modelo de escola onde todos tenham algo a dizer, desde encarregados a de educação, a alunos e professores. "Tem de existir

iniciativa inclusiva. A escola tem de contribuir para o fim da desigualdade e ter um olhar mais atento para a heterogeneidade entre alunos".

O representante do CDS-PP, José Belo Santos, começou por defender a necessidade de criação de decretos-lei no Parlamento que incluam soluções para a inclusão. Para José Belo "não se pode pedir inclusão com aquilo que já existe nas escolas. Pedem-se milagres aos professores. Faltam Escola de referência e por exemplo, incremento da língua gestual", terminando a sua intervenção questionando "como vai funcionar a nova lei do ensino especial?".

Pedro Filipe Soares, deputado do BE, começou por ir atrás 10 anos no tempo, até à lei 3/2008 referindo as alterações que foram introduzidas e a forma como as necessidades educativas especiais têm sido colocadas de lado na perspetiva da escola enquadradora.

O deputado do BE confirmou o facto de relativamente ao diploma do decreto-lei não conhecer a versão final, não conhecendo o texto em concreto, reconhecendo no entanto que o primeiro sinal é positivo "pois recoloca a escola num plano de inclusão, alterando o paradigma que existia no 3/2008", garantindo ainda "que vamos fazer de tudo no parlamento para garantir que existirá disponibilidade financeira nas escolas para concretizar o modelo que vem no novo decreto-lei".





Pedro Filipe Soares terminou dizendo que o novo decreto-lei corrige uma filosofia errada que vinha de 2008.

Antero Resende foi o representante do Partido Os Verdes e lançou a questão: "Em Portugal temos uma estrutura curricular igual para todos, isto é inclusivo?", acrescentando depois que "incluir é dar o que os alunos necessitam para se sentirem integrados. Mas é também preciso dar formação e uniformizar os docentes e reduzir as diferenças litoral/interior".

O PAN esteve representado por **Bebiana Cunha** que elencou os principais problemas que o partido detetou nesta matéria: poucos técnicos para este tema; falta pessoal não docente especializado; escolas cheias de barreiras arquitetónicas; falta de envolvimento das famílias. Bebiana Cunha questionou: "Faltam condições. O que vai ser

destes alunos no futuro após a escola? O atual Governo fala numa educação inclusiva 2.0, mas como se a escola não é 2.0?, sublinhando depois que para o PAN todo o aluno tem de ser um ser único e têm de ser dadas condições a todos, finalizando com um alerta: "é preciso conseguir forma de dar apoio emocional aos cuidadores".

O encerramento ficou a cargo de **Cristina Tenreiro**, Vereadora da Educação, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, de Jorge Ascensão (CONFAP) e João Dias da Silva (FNE). A vereadora referiu que todos os problemas da sociedade entram pela escola e é preciso encontrar soluções para combater esta situação, porque sem isso não se pode falar numa escola para todos.

Já Jorge Ascensão defendeu que apesar de existirem muitos fatores

positivos nos últimos anos na educação, ainda há um longo caminho a percorrer, mas que isso "só se alcança com todos e com tempo" afirmando ainda de forma perentória: "Sem família não há inclusão. Há muita hipocrisia quando se fala numa escola para todos e não se inclui a família no processo.»

João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, fechou a VI Convenção realçando o envolvimento exemplar de parceiros com perspetivas diferentes, mas em redor de um objetivo comum de forma a retirar consequências positivas. "Saímos daqui enriquecidos com mais um dia de debate e que mostra como valeu a pena fazer esta Convenção".

A VI Convenção Nacional FNE,, CONFAP, ANDAEP, FNAEBS 2018 teve transmissão em direto pela FNE TV na página oficial de Facebook em www.facebook.com/fneduca/.



Intervenção do SG da FNE no encerramento da VI Convenção FNE/CONFAP/ANDAEP/FNAEBS



Ao finalizarmos a VI Convenção que a FNE organiza com a CONFAP, a ANDAEP e a FNAEBS, quero saudar todos quantos nela participaram, agradecendo particularmente aos nossos convidados, pelo contributo que trouxeram para o nosso debate.

Mais uma vez, estas organizações construíram articuladamente uma oportunidade de debate sobre questões significativas do sistema educativo, o que não pode deixar de constituir um desafio a explorar em termos futuros. Ao longo dos anos, vai-se consolidando a responsabilidade destas organizações na escolha do tema, e nas condições que são proporcionadas para o debate e para facilitar o encontro de soluções.

Este é um exemplo muito concreto de como sobre questões essenciais da educação podem ser postos em convergência atores com perspetivas distintas.

A este nível, a responsabilidade destas organizações vai aumentando com a permanência da iniciativa. Por isso, o desafio é renovado ao pensarmos em lançar, para o ano de

2019, a nossa VII Convenção. Apesar das dificuldades que representa para os dirigentes destas organizações a diversidade de contextos, temos de continuar a procurar realizar um trabalho articulado mais continuado, o qual poderá ser alargado à apreciação conjugada de políticas educativas e eventualmente à construção de propostas conjuntas.

Ao Estado cabe a responsabilidade de garantir que as estruturas representativas dos diferentes parceiros sociais tenham condições para o exercício do pleno direito da participação.

E se relativamente à parte sindical, há um mínimo de condições, as quais ainda carecem de reforço, o mesmo não acontece com os pais e com os alunos.

Ora, a aposta na participação por parte dos diferentes parceiros sociais exige que lhes sejam reconhecidas as condições adequadas para que esse exercício possa ocorrer plenamente.

Daqui lançamos o repto ao Governo para que faça do crescimento da participação dos parceiros sociais da

Educação uma aposta para o futuro.

Quanto a nós, FNE, CONFAP, ANDAEP e FNAEBS, creio que devemos dar no futuro passos mais seguros na linha da possibilidade de construção de propostas consistentes e comuns, o que já por si constitui um pressuposto importante para aferir da possibilidade da sua durabilidade.

Com efeito, esta nossa preocupação de convergência e de construção consensual de soluções assenta na nossa preocupação de que, em matéria de educação, tudo deve ser feito para, naquilo que é essencial, se garantir não só a participação dos diferentes atores do setor na definição das políticas, como ainda a permanência dessas políticas e também a certeza de que qualquer mudança só ocorrerá depois da devida avaliação.

Não esmorecemos nesta nossa luta pela estabilidade das políticas educativas e pela garantia de que as mudanças se operam após avaliações consistentes e válidas e que se fazem com a participação e mobilização de todos os atores.

Isto mesmo tem a ver com o tema que aqui nos reuniu hoje e que permitiu, não só a exposição dos componentes do que deve ser uma escola inclusiva, como ainda a apreciação crítica do que já se conhece como legislação que vai passar a regular esta perspetiva de escola.

Aliás, ficou bem patente que, para além das imprecisões e imperfeições da legislação conhecida, registamos muito negativamente que não se tenha avançado significativamente em aspetos organizativos essenciais para que o agora designado paradigma da escola inclusiva tenha plena expressão tão cedo quanto possível, nomeadamente em termos de formação e de afetação de recursos humanos.

Mas também registamos negativamente que não tenha sido possível determinar um modelo que fosse de consenso mais alargado, pese embora não podermos criticar o tempo que o processo de conceção levou. Mas, nestas circunstâncias, não podemos deixar de afirmar que o processo de participação, de envolvimento e de escolha de soluções acabou por não ser

totalmente percorrido, o que obviamente se traduz numa carga negativa que já lhe está associada.

É certo que, na expectativa da perfeição, acabamos por correr o risco de nada fazer; mas também é certo que não podemos correr o risco de investir sem se garantir um retorno durável.

Na nossa perspetiva, valeria a pena retomar o processo de envolvimento de todas as perspetivas, nem que para isso se tivesse de atrasar mais um ano letivo o processo. Não foi essa a opção do Governo, o que se lamenta.

Para a FNE, uma educação realmente inclusiva é ambiciosa e exige uma atitude pró ativa, da parte do Estado, dos docentes, dos outros trabalhadores da Educação, dos alunos, dos pais, mães e encarregados de educação e da sociedade civil, garantindo a inclusão dos estudantes que tenham origens diferentes e capacidades físicas e de aprendizagem diferentes, no mesmo estabelecimento educativo.

Torna-se essencial disponibilizar ao nível da formação inicial e da

formação contínua dos docentes e também dos não docentes os conhecimentos e as competências necessárias para que possam garantir um enquadramento adequado aos alunos de origens diferentes e os que tenham capacidades ou uma orientação diferentes.

É imprescindível a dotação de trabalhadores de apoio qualificados, em número suficiente, em função de cada estabelecimento de ensino, devendo ser estimulada a constituição de equipas multidisciplinares que incluam psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais, trabalhando articuladamente com os docentes.

Estas são opções claras e que, para terem execução, precisam de recursos.

Ora, o que vemos é que se quer escolher um caminho, mas sem lhe atribuir os meios que o permitam, o que fará com que no fim, a legislação possa ser muito boa – o que até nem é o caso na circunstância – mas que a prática não a possa acompanhar, por insuficiência de meios.





Continuamos a rejeitar que qualquer linha de desenvolvimento de política que vá no sentido da promoção de uma escola de qualidade esbarre sempre com constrangimentos financeiros.

Não que consideremos que se pode gastar o dinheiro de qualquer maneira, mas não podemos admitir que se pretenda mudar e melhorar em educação, sem recursos. Uma aposta na educação, seja ela apaixonada ou não, não se faz sem investimento. E atribuir recursos à educação é investimento.

Ora, o que continua a faltar é este sentido de investimento em educação. Isto é o que acontece ao nível da legislação da educação inclusiva; o mesmo se repete ao nível da revisão curricular – a sétima nos últimos 17 anos, o que é inacreditável. E o mesmo acontece quando se fala das condições de trabalho para os profissionais da educação.

O Ministro da Educação não pode continuar a refugiar-se em discursos de auto-satisfação sobre as medidas que já adotou, ignorando por completo as razões fundamentais do descontentamento dos docentes e dos não docentes portugueses, num sinal de desrespeito que não pode deixar de ser denunciado.

O Ministério da Educação não pode continuar uma prática de autoglorificação que desvaloriza os trabalhadores docentes e não docentes que tutela, sem admitir, como devia, que só com trabalhadores valorizados é que teremos educação de qualidade.

O Ministério da Educação não pode esperar uma educação de qualidade com trabalhadores sem expectativas quanto ao desenvolvimento da sua carreira, desgastados por uma atividade profissional excessivamente longa e invulgarmente pesada, e esgotados por horários de trabalho intermináveis e procedimentos burocráticos intensivos que não lhes deixam ter vida própria.

Quem sofrerá as consequências de profissionais assim mal tratados serão os alunos que terão professores e trabalhadores não docentes com uma idade média elevada e esgotados, e sem poderem trabalhar com outros mais novos e com mais energia.

Ora, este é o alerta que nesta oportunidade deixamos ao Ministério da Educação, porque não pode querer fazer um discurso de que tudo está bem em educação, e ao mesmo tempo é responsável por escolas sem recursos suficientes e com os recursos de de que dispõe esgotados e insatisfeitos.

Com um tal panorama, não pode dizer que tudo vai bem em educação.

Para sairmos desta situação, todos nós aqui somos parceiros. Mas para sermos parceiros temos de verificar que somos tratados como tal. Porque a educação não é do Ministério da Educação. É feita com o Ministério da Educação e em diálogo com os diferentes parceiros. É feita com respeito entre todos. É feita com a mobilização de todos.

É para isso que estamos disponíveis.

Bom regresso a vossas casas e até à nossa VII Convenção.





Conferência de Coimbra

"No futuro o desenvolvimento vai assentar no conhecimento"

Auditório cheio no ISCAC - Coimbra Business School, em Coimbra, para receber a quinta Conferência do Ciclo de Conferências 2018, com o tema "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades" e que tem levado a vários locais do país o desafio do debate sobre o futuro da Educação em Portugal.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, abriu a sessão alertando para a necessidade cada vez maior de se discutir a educação e quais as melhores formas de aumentar a formação e a qualificação sem desigualdades. Presentes na mesa de abertura estiveram também Manuel Castelo Branco, Presidente do ISCAC, que defendeu que sem educação não há desenvolvimento económico; Jorge Santos, Vice-Presidente do SPZC - que fez questão de deixar uma palavra de apoio para José Ricardo, Presidente do SPZC, ausente por motivos de saúde - realçou que é essencial mudar o papel da educação de forma a impedir desigualdades; Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT afirmou que é uma desigualdade o

Estado não valorizar nem tratar bem os seus trabalhadores, acrescentando que o grande problema é as finanças terem capturado o social retirando alguma capacidade para se alcançar uma escola com mais qualidade.

Fechada que estava a sessão de abertura foi a vez do primeiro convidado, Rui Antunes, Presidente da Escola Superior de Educação de Coimbra, trazer novos dados ao debate. O conferencista expôs dados que demonstram fatores que levam a desigualdades como o género, habilitações académicas e

a idade. Segundo os números apresentados por Rui Antunes, quanto maior for a formação, maior é a probabilidade de empregabilidade, sendo este um dos maiores fatores de diferenciação que a educação provoca. O Presidente da Escola Superior de Educação de Coimbra apresentou ainda dados estatísticos que definem que quanto maior é o nível de educação, menos problemas as pessoas irão ter de depressão devido à satisfação que sentem com a vida. Para Rui Antunes, todas estas desigualdades são problemas fulcrais que cabe à escola resolver.



A intervenção do primeiro convidado foi comentada por um painel composto por Jorge Castilho (Jornalista), Fernando Manuel Cortez Rovira (Diretor do Agrupamento de Escolas de Mira), Olinda Martinho Rio (SINTAP) e José Manuel Matos de Carvalho (SPZC/FNE) onde foi unânime a concordância com tudo o que foi dito na intervenção, realçando a surpresa face a alguns dos números apresentados relativamente aos fatores de desigualdade no acesso aos empregos e salários.



Os comentadores defenderam ainda a ideia de que é necessário adaptar a escola à heterogeneidade que se criou nos últimos anos ao nível dos alunos sendo que é necessário trabalhar com os alunos na sala, mas também fora dela.

Margarida Mano, membro da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e antiga Ministra da Educação, colocou a questão: Qual a missão da educação? A resposta, para a própria, é preparar gerações para o futuro. Para a antiga Ministra, tudo está a acontecer a uma velocidade elevada e é necessário tomar cada vez mais atenção a qual o melhor caminho para preparar cada aluno e para responder aos problemas desse futuro.

A conferencista, através do chamado 'gráfico do elefante' mostrou que com a globalização o mundo está menos pobre,

diminuindo as desigualdades em termos médios apesar de ter diminuído de forma desigual. Margarida Mano defendeu ser muito importante reforçar o papel do professor na sala de aula, acrescentando ainda que no futuro o desenvolvimento vai assentar no conhecimento e isso vai colocar a escola num lugar primordial na sociedade.



Lino Vinhal (Diretor do Jornal Campeão das Províncias), Fernando Miguel Pereira (SBC), Mário Jorge Silva (SPZC/FNE) e Fátima Carvalho (SPZC/FNE) constituíram o segundo painel de comentadores. Destaque para a intervenção de Lino Vinhal que defendeu o ensino profissional e a sua importância, por muitos desvalorizada, comentário que arrancou aplausos à plateia.

Todo o painel concordou com as ideias apresentadas por Margarida Mano salientando a necessidade de preparar o futuro da educação esbatendo as desigualdades e criando soluções para



resolver os problemas que existem e que ainda vão surgir, colocando a tónica final dos comentários no papel que os professores vão ter, pois o futuro é hoje e é necessário que os docentes se adaptem às novas tecnologias, mas nunca permitindo que a inteligência artificial os ultrapasse, pois o humanismo de um professor é algo inatingível por qualquer máquina futurista.

A sessão de encerramento contou com José Gaspar, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Jacinto Santos, Presidente da UGT-Coimbra, Jorge Alves, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Coimbra e Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT. A principal mensagem no final desta conferência centrou-se na conclusão de que é necessário realizar uma reflexão conjunta, assim como realizar investimento na educação e formação, perceber o que se pretende do ensino profissional e qual o papel deste no futuro da educação.



FNE apresenta contributo para organização do calendário escolar 2018/19



A Federação Nacional da Educação (FNE) esteve presente na Direção-Geral da Educação (DGE), para uma reunião de apreciação do projeto de despacho relativo ao calendário escolar 2018-2019.

João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, Maria José Rangel e Josefa Lopes, Secretárias-Nacionais compuseram a delegação da FNE que discutiu as várias soluções e possíveis alterações a introduzir na lógica de organização do calendário escolar.

Para a FNE a organização do tempo escolar é algo muito importante, pois tem efeito na qualidade do ensino-aprendizagem; o número de dias letivos, as pausas que se realizam em cada ano, os momentos da avaliação, o calendário dos exames. Tudo isto são etapas de um ano letivo sobre as quais é fundamental refletir.

A proposta apresentada pela FNE relativa à matéria da organização do tempo escolar assentou nos seguintes pressupostos:

1. A matéria da organização do tempo escolar é sensível e complexa, merecendo uma análise

aprofundada, até porque interfere com a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

2. É por isso que propomos que seja constituído um grupo de trabalho multidisciplinar e com participação dos parceiros sociais que, com base em estudos nacionais e internacionais, possa apresentar um contributo que venha a ser considerado no âmbito de políticas educativas de amplo consenso nacional para serem estáveis e duradouras.

3. A organização do tempo escolar deve questionar soluções que têm sido adotadas e propor novas articulações, uma vez que entendemos que se deve estudar o que é mais adequado, para bons processos de ensino-aprendizagem, em termos, nomeadamente de:

- número de dias de atividade letiva;

- número de dias e localização no tempo das interrupções da atividade letiva, prevendo soluções flexíveis que incorporem interrupções determinadas a nível nacional e outras que possam ser determinadas pela própria escola;

- número de horas de aula e de outras atividades por dia, por semana e por ano;

- a localização no horário de determinadas disciplinas.

4. O Conselho Nacional de Educação publicou o estudo “Organização escolar – o tempo”, precisamente a propósito da organização do tempo de trabalho de aprendizagem dos alunos como recurso educativo chave para o sucesso, o qual contém uma interessante revisão de literatura sobre esta matéria e que deveria ser tida em consideração no âmbito do Grupo de Trabalho anteriormente sugerido.

5. Considera-se também essencial promover uma revisão da organização do tempo de trabalho dos docentes, o qual tem visto reduzir a sua componente pedagógica, fazendo crescer a componente burocrática, o que claramente desvirtua o que deve ser a ocupação mais significativa do tempo de trabalho docente.

6. Vale a pena refletir ainda especialmente sobre as práticas burocráticas associadas à avaliação de alunos, as quais podem ser substituídas por outras metodologias e com outros suportes e calendários.

7. Finalmente, a FNE assinala que, a este nível, é possível aprofundar as margens de autonomia das escolas e das comunidades educativas na definição da organização do calendário escolar, dentro de balizas definidas com caráter global.

Relativamente ao projeto de despacho para 2018-2019 o contributo da FNE sublinhou que:

1. A FNE regista positivamente que se mantenha a orientação no sentido da simultaneidade de calendários da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

2. Para a FNE, no entanto, esta similitude calendário deveria abranger não apenas o 1º ciclo como todo o ensino básico, pelo que se discorda particularmente do alargamento do calendário no 1º ciclo, para além de 14 de junho e até 21 de junho, o que aliás permitiria que as provas de aferição decorressem depois de terminadas as atividades letivas.

3. O presente calendário mantém a prática de anos letivos anteriores, em termos de desequilíbrios na duração de cada período letivo, sendo que o primeiro tem uma duração de três meses, sem interrupções, desde meados de setembro até 14 de dezembro; o segundo período volta a ter três meses, desde o início de janeiro até ao início de abril, mas neste

caso com uma interrupção de três dias, no início de março; mas o terceiro período, no caso dos 9º, 11º e 12º anos, tem apenas um mês e meio de duração.

4. O primeiro período deveria contemplar uma interrupção de todas as atividades e os segundo e terceiro períodos deveriam ser redimensionados.

5. Sendo o direito a férias irrenunciável, o calendário escolar e de exames deveria assegurar que os professores avaliadores pudessem gozar as suas férias, uma vez que se verifica um prolongamento da classificação de exames durante o mês de agosto, o que impossibilita alguns docentes de usufruírem deste direito. A mesma situação se coloca no caso dos docentes que integram o secretariado de exames. Se porventura, o gozo total de férias for de todo inviável deverá proceder-se ao pagamento das férias não gozadas, conforme determina a lei.

O que este projeto prevê é que, no caso das provas finais, de equivalência e dos exames nacionais, a

afixação dos resultados dos processos de reapreciação ocorram no dia 12 de agosto, para a 1ª fase, e no dia 26 de agosto para a 2ª fase.

6. O calendário escolar deverá prever a possibilidade de paragem das atividades letivas para a realização das avaliações intercalares, se a escola as quiser promover, não se aceitando a sua realização, ao fim da tarde e noite, durante as atividades letivas, uma vez que tal situação provoca uma enorme sobrecarga de trabalho nos docentes e nos não docentes, repercutindo-se na qualidade do seu trabalho.

7. Considera-se imprescindível o reconhecimento pleno do direito a formação, quer para docentes, quer para não docentes, direito esse que deve ser exercido dentro da sua componente laboral.

Para o Secretário-Geral da FNE "estas são questões fundamentais para serem debatidas de modo a que o tempo escolar seja pensado de uma forma diferente para o futuro", afirmou.



Não Docentes

Greve com enorme adesão



A 4 de maio, por todo o país existiram escolas encerradas e mesmo nas que estiveram a funcionar, os serviços eram mínimos. Sendo difícil determinar o número concreto de adesões, porque o encerramento de cada escola resultou da dimensão dos serviços e do nível de segurança que podia ser garantido, em cada circunstância, o que se verificou foi um fortíssimo número de escolas em todo o país que não estiveram a funcionar. Esta foi uma Greve dos Trabalhadores Não Docentes, convocada pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pela Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP).

Em Lisboa foi realizada uma ação na Escola Básica e Secundária Passos Manuel, que contou com a participação de Carlos Silva, Secretário-Geral da União Geral de Trabalhadores (UGT), de José Abraão, Secretário-Geral da Federação dos Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP), de Cristina Ferreira, Presidente do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas (STAAESRA) e de João Dias da Silva, Secretário-Geral

da FNE que afirmou à comunicação social presente no local que esta greve apresentava logo pelas primeiras horas da manhã números muito positivos: "Temos informação de várias escolas fechadas em todas as zonas da país porque os trabalhadores não docentes estão a aderir de forma maciça a esta greve. Há escolas fechadas em Bragança, Porto, Espinho e em vários outros pontos. Aqui na Escola Passos Manuel, temos um exemplo pois encerrou devido à falta de trabalhadores não docentes", afirmou.

O Secretário-Geral da UGT sublinhou a sua solidariedade com os trabalhadores em greve e apelou ao Governo para que, como fez na Saúde, encontre agora caminhos de negociação e de concertação na Educação.



No Porto ocorreu uma iniciativa na Escola Secundária Filipa Vilhena que teve a participação dos representantes do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAEZN) Carlos Guimarães (Presidente do STAAEZN), Ana Maria Silva, Avelina Lourenço, Humberto Melo, Sandra Queirós e Cesário Martins.

Esta foi a demonstração de como os trabalhadores não docentes estão insatisfeitos e que querem respostas do Ministério da Educação pois estão cansados de esperar. É necessário que o Governo apresente soluções para os problemas que trouxeram os trabalhadores até esta greve que, para João Dias da Silva "pode ser a maior de sempre".

É preciso restabelecer as carreiras especiais dos Não Docentes. Já no final do ano passado, e na sequência do debate promovido a propósito da Petição que a FNE e FESAP apresentaram para o restabelecimento das carreiras dos trabalhadores não docentes, a Assembleia da República, em 15 de dezembro de 2017, aprovou uma Resolução que recomendava ao Governo que, em negociação com as organizações sindicais, restabeleça as carreiras dos trabalhadores não docentes. Ora, o que acontece é que o Governo não encetou até agora qualquer processo que constitua a resposta a esta recomendação da Assembleia da República.



A precariedade dos trabalhadores não docentes é algo com que estamos confrontados diariamente.

A FNE e a FESAP sublinham desde há muito que deve ser reconhecido o direito a vinculação na sequência de duas contratações sucessivas, eliminando-se de vez todas as situações precárias que garantem o funcionamento regular das escolas. Este nível de precariedade é, para a FNE, inaceitável. Não há sinais de valorização destes trabalhadores e o Governo segue sem dar mostras desse reconhecimento.

Foi uma grande iniciativa da FNE e da FESAP realizar esta greve, mas é necessário que do lado do Governo existam consequências, respostas, sinais de fim da precariedade, do restabelecimento das carreiras destes trabalhadores. Esperamos que o Governo saiba ouvir e dar valor a este grande protesto dos trabalhadores não docentes portugueses.



Uma Greve de sucesso



No passado dia 4 de maio de 2018, a atividade dos estabelecimentos escolares públicos dos Ensinos Básico e Secundário foi interrompida em todo o país, em consequência da greve do pessoal não docente, com uma percentagem de adesão rondando os 85%.

Pois, tanto bastou para que tivessem encerrado nem mais nem menos do que 700 escolas! Ora, sem margem para qualquer dúvida, números tão expressivos bem demonstram a força de uma classe de trabalhadores que consegue paralisar tão importante setor do sistema educativo nacional.

Mas o que está a acontecer nas escolas para que as duas centrais sindicais tivessem avançado para a convocação de uma paralisação cujos transtornos bem foram sentidos pelos portugueses? Se de facto há problemas muito sérios, por exemplo, os inerentes aos baixos salários auferidos, em especial, pelos assistentes operacionais, também verdade é que se perfilam outras

razões de queixa absolutamente determinantes.

Permitam a introdução de um parêntesis para dois esclarecimentos. Um primeiro é referente à *designação* destes trabalhadores. Na realidade, *não docente* é expressão deveras infeliz, afirmada por uma negativa e, de algum modo, com a agravante, embora indireta, da subalternização à profissão *docente*... (1)

Em segundo lugar, gostaria de lembrar que tão diversificado é o leque de profissões e atividades englobadas que, além dos assistentes operacionais, não podem

os leitores deixar de considerar os Técnicos e Assistentes Técnicos das carreiras administrativas, os Técnicos Superiores, tais como assistentes sociais, psicólogos, etc.

Causas e consequências

Fechando o parêntesis, cumpre evidenciar que em todas as categorias profissionais aludidas há manifesta **falta de pessoal**, razão pela qual há tantas bibliotecas encerradas, tantos refeitórios e papelarias funcionando em regime de horário reduzido, situação diária e facilmente confirmada pelos pais e encarregados de educação.

Tão importante como a carência apontada é a generalizada e familiarizada **precariedade**. Tenha-se em consideração que as escolas contam **cerca de 8.000 trabalhadores precários, dos quais 3.000 funcionando a tempo parcial** e os restantes aguardando pelo desfecho do processo de **regularização dos funcionários públicos em situação precária**.



Outra causa pertinente de insatisfação é a referente à necessidade de urgente revisão da designada **Portaria dos Rácios**. Muito sumariamente, e a título de exemplo, importa ter a precisa noção de que duas escolas, frequentadas por um igual número de 1.500 alunos, podem ter diferentes necessidades de pessoal nas várias categorias. A atribuição de um rácio funcionário/número de alunos não pode ser *cega*, antes deve contemplar a diversidade sociológica, os diferentes projetos educativos, etc.

Sabem que, nem mais nem menos, está a acontecer uma debandada dos Assistentes Técnicos que, ao abrigo da figura da **mobilidade**, fogem para outros serviços do Ministério ou saem mesmo do universo de uma Educação nacional sem os meios bastantes para assegurar o bom funcionamento das escolas? Também é *por estas e por outras* que se impõe considerar a **pertinência de uma carreira específica**.

Há 20 anos! Regresso ao futuro?

Ainda se se dissesse que a comunidade está perante desafios inusitados, nunca equacionados... De modo algum! E porque assim é, lembremos o já longínquo ano de 1999, durante o qual foi publicado o Decreto-Lei 515/99, de 24 de novembro. Através desse instrumento legal, os Trabalhadores de Apoio Educativo viram reconhecido um Estatuto que lhes assegurava dignidade laboral e perspectivas de futuro profissional, com um mínimo de garantias de estímulo à promoção da sua própria formação, no contexto de profunda

reestruturação das respetivas carreiras.

Apenas a título de exemplo, recordaria que os então *Auxiliares de Educação* (atuais Assistentes Operacionais) passariam a integrar uma nova carreira de *Assistentes de Ação Educativa*. Tal plataforma pressupunha a frequência, com sucesso, de um específico número de ações de formação devidamente certificada, preparando os trabalhadores para atitudes de autêntica *assistência educativa*, com o objetivo de os habilitar a uma atividade em íntima articulação com os professores, no tão apregoado quadro da escola *de sucesso e para o sucesso*.

Havia seis meses para fazer publicar o Decreto Regulamentar que, efetivamente, permitiria operacionalizar e introduzir no Sistema Educativo as mudanças em questão. Todavia, devido a uma série de vicissitudes, tal acabou por não se concretizar. Até hoje, continua a fazer-se sentir a necessidade de medidas que, na altura, tão promissoras se revelaram e cuja pertinência continua inequívoca.

Se a comunidade espera que **todos os trabalhadores da Educação e, portanto, não só os professores** sejam cada vez mais capazes de transmitir os valores que os futuros cidadãos devem saber conjugar, a partir dos ditames da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, nos quais radica o Estado Democrático de Direito, então, sistematicamente, não pode deixar de apetrechar os Trabalhadores do Apoio Educativo das carreiras mais afins daquele



objetivo, com os meios de formação indispensáveis.

Assim sendo, e ao contrário do que tantas vezes acontece, imprescindível se torna que os responsáveis do Ministério da Educação se revelem à altura do processo de resolução a jusante das reivindicações constantes do caderno a que obedeceu a greve da semana passada. Naturalmente, não podem limitar-se à satisfação pontual dos protestos. Há que ir muito mais longe! Afinal, tão longe quanto, em 1999, os seus antecessores estavam próximos da solução!..

-
- (1) Durante muitos anos, em especial, ao longo do período em que, como sindicalista, pertenci aos quadros dirigentes da FNE (UGT), da qual fui Presidente, sempre optei pela designação *Trabalhadores do Apoio Educativo*, sem quaisquer conotações redutoras.

João Cachado
Ex- Presidente da FNE
ex-Presidente do STAAESul e RA



Reunião no MNE parece abrir caminho para soluções



A reunião que no dia 24 de maio decorreu nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em que estiveram presentes o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luis Carneiro, o Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Embaixador Luís Faro Ramos, a Secretária-Geral do SPCL, Teresa Soares e também representantes do SPE, Sindicato dos Professores no Estrangeiro, decorreu num clima positivo, tendo-se registado, por parte da tutela, a intenção de dar solução a questões que, desde há muito, faziam parte de repetidas reivindicações por parte dos representantes sindicais.

Uma dessas questões é a do ajustamento de tributação, que entrará em vigor a partir de janeiro de 2019 e que permitirá isentar de IRS uma parte dos vencimentos dos professores, tornando assim estes mais

adequados aos níveis de vida nos países onde estes exercem funções. Esta é uma medida que vem corrigir uma situação de injustiça que se arrastava há muito tempo.

Foi também discutida a questão da prioridade nos concursos em território nacional, tendo-se insistido no direito que assiste aos professores do EPE de poderem ser opositores nas mesmas condições que os professores em Portugal, não sendo aceitável utilizar o argumento de lecionar no estrangeiro para relegar os docentes para prioridades inferiores.

Sobre este ponto, o Secretário de Estado limitou-se a reiterar que continuavam a fazer todas as diligências junto do Ministério da Educação para que essa igualdade viesse a registar-se. A verdade é que no processo concursal que está a decorrer se mantém a segunda prioridade.

O Presidente do CICL informou ainda acerca da futura possibilidade de recuperar as férias suspensas por licença de parentalidade durante os tempos letivos, que é também uma reivindicação de longa data do SPCL.

O SPCL mencionou ainda o facto de no EPE não existirem tabelas salariais propriamente ditas, pois há apenas dois grupos remuneratórios, tendo o Secretário de Estado concordado com a inadequação dos mesmos e a necessidade de elaborar tabelas salariais que tenham em conta a real progressão na carreira.

Foi ainda questionada a falta de atualização salarial no EPE, pois o descongelamento de carreira não está a ser aplicado na sua totalidade, tendo o Presidente do CICL feito notar a necessidade de fazer um levantamento dos docentes que têm direito a atualização.

Tendo sido levantada a possibilidade de criar um Quadro de Professores no EPE, o SECP não se mostrou adverso a essa proposta, fazendo porém notar que haverá muito a fazer e a discutir antes da criação efetiva do mesmo.

No fim da reunião o Secretário de Estado considerou que seria desejável que houvesse mais presenças na ação de formação que o CICL realiza anualmente em Lisboa, apresentando como uma obrigação a participação dos professores, tendo então o SPCL feito notar ser também obrigação da entidade empregadora proporcionar condições de acesso ao mesmo, o que no caso em questão falha, pois o Instituto Camões espera que sejam os professores a cobrir todas as despesas de deslocação e alojamento, pretensão que consideramos exagerada.

Teresa Soares

Secretária-Geral do SPCL



Portugal precisa de uma visão clara do sistema de educação de adultos



A OCDE publicou em 4 de maio de 2018 o Guia de Implementação da Estratégia de Competências para Portugal – Fortalecendo o Sistema de Aprendizagem de Adultos, que preconiza a melhoria da aprendizagem de adultos para impulsionar o crescimento e a coesão social do país.

Na verdade, a criação de competências é fundamental para o sucesso económico e o bem-estar social de Portugal.

À medida que a globalização e a digitalização estão a transformar a forma como as pessoas trabalham, como as sociedades funcionam e como os indivíduos interagem, o nosso país precisa dotar toda a sua população de competências fortes para que todos possam beneficiar de novas oportunidades no mundo do Conhecimento em que vivemos.

Esta é também a linha de pensamento e de ação da FNE, através

dos seus documentos políticos e reivindicativos, rumo a uma Educação e uma sociedade inclusivas, onde cada um, na sua diferença, tenha direito a ocupar um lugar digno por direito próprio.

Portugal colocou a educação e as competências na linha da frente da agenda política durante muitos anos, mas no entanto mais de metade dos adultos portugueses não concluíram ainda o ensino secundário superior.

Com a população a envelhecer rapidamente e uma crescente divisão de competências entre gerações, Portugal precisa de reforçar ainda mais o seu sistema de educação de adultos, que tem tido altos e baixos nos últimos anos, mas nunca um crescimento linear e sustentável.

De acordo com a OCDE, para que a mudança aconteça Portugal precisará de uma visão clara do sistema de educação de adultos e de uma forte parceria entre todos os intervenientes no setor: todos os níveis de governo, instituições de ensino e formação, empregadores, sindicatos, setor sem fins lucrativos e aprendentes.

Esta visão clara será possível com três passos. O primeiro passo seria Portugal desenvolver uma estratégia coerente de aprendizagem de adultos que englobasse medidas existentes e novas, alinhando-se com outras políticas económicas fundamentais.

O segundo passo seria aumentar a consciência da relevância em torno do valor das competências e da educação de adultos, melhorando a acessibilidade, qualidade e importância das oportunidades de aprendizagem.

Em terceiro lugar, o país também precisa de estratégias para a partilha de custos entre os setores público e privado, reconhecendo que o retorno do investimento beneficiaria os alunos, os empregadores e a sociedade em geral.



Este relatório, publicado este mês, descreve áreas onde a acessibilidade, flexibilidade e qualidade do sistema de aprendizagem de adultos podem ser melhoradas, onde a governança e os mecanismos de financiamento podem ser fortalecidos e fornece exemplos de boas práticas internacionais e nacionais para ajudar a alcançar esses objetivos.

O relatório fornece ainda uma série de ações concretas para ajudar Portugal a melhorar o seu sistema de educação de adultos e, por sua vez, aumentar o crescimento económico e a coesão social.

A FNE no Grupo de Trabalho do ESSDE

A educação na era digital e o financiamento



A FNE foi convidada para participar na reunião do Grupo de Trabalho do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), em que representa Portugal, englobando especialistas nacionais, delegados de organizações membros do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), da Federação Europeia de Empregadores (EFEE) e convidados da Comissão Europeia (CE), que reuniu, no dia 27 de abril de 2017, em Bruxelas.

Esta reunião foi um espaço de partilha de experiências nacionais e boas práticas sobre temas do Programa de Trabalho 2018 – 2019 dos dois parceiros sociais europeus da educação e serviu de preparação para o Plenário do próximo dia 19 de novembro do ano em curso, em que têm assento, com um representante sindical, todos os países europeus filiados no CSEE.

A reunião abordou a necessidade de competências digitais para estudantes e professores para a educação inclusiva, o Plano de Ação Europeu de Educação Digital, a utilização dos Fundos Sociais Europeus (FSE) em educação e formação e o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2020, como uma ferramenta chave para a Europa atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU até 2030.

Os parceiros sociais reconheceram que, embora o uso da Internet e de outras ferramentas digitais esteja amplamente difundido, muitos utilizadores ainda não têm as competências digitais consideradas desejáveis para os usar de modo crítico. Desenvolver essas competências nas nossas crianças e adultos é um dos maiores desafios da Educação no século XXI.

O Plano de Ação Europeu para a Educação Digital é a resposta institucional da CE a este desafio.

Os delegados complementaram a apresentação descrevendo os seus contextos nacionais no que diz respeito às competências digitais e à educação inclusiva, consideradas como uma das principais prioridades para reduzir as desigualdades em toda a Europa, conforme monitorizado pelos Relatórios por País e pelas Recomendações do Semestre Europeu e pelo Painel de Avaliação Social que segue a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Joaquim Santos, representante da FNE, fez uma apresentação de 10 minutos sobre “O Diálogo Social, Professores e Educadores num Mundo em Mudança”.

Analisando o QFP pós-2020 e a utilização de fundos europeus na educação, formação e no reforço das capacidades em matéria de diálogo social, foram apresentados exemplos de boas práticas na utilização do Fundo Social Europeu (FSE) pelos sindicatos e empregadores europeus da educação.

Com o objetivo de aprender com o passado, os representantes do CSEE também apontaram para a tendência preocupante do financiamento europeu substituir em muitos casos o financiamento nacional, o que faz com que os sistemas educativos se tornem mais dependentes dos fundos europeus para uma educação de qualidade, bem como para as práticas inadequadas de fusão entre financiamento público e privado da União Europeia.

Os representantes da Direção Geral do Emprego da CE (Michael Horgan, Anusca Ferrari e Maeva Roulette) asseguraram aos participantes dos grupos de



trabalho que a CE não promoverá Parcerias Público-Privadas (PPP) em áreas onde estas não sejam adequadas, como é o caso da

educação e dos serviços públicos. Alguma insegurança existe ainda em torno do QFP após 2020, por exemplo a diminuição dos fundos causada pelo Brexit (menos 15% na Educação) ou o condicionamento da sua alocação para a implementação das recomendações específicas por país e a respetiva complexidade de gestão.

Antes da nova proposta para o QFP pós-2020, os delegados salientaram a importância de gastar cada recurso público da UE, seja em educação e/ou em projetos de capacitação, de forma sustentável e equitativa, para que a Europa atinja os seus objetivos nos ODS. Os dois parceiros do ESSDE concordaram em continuar a trabalhar no sentido de garantir que os fundos da UE em educação e formação contribuam efetivamente para uma educação de qualidade numa perspetiva de 2030.

Nova reunião do Grupo Consultivo do Projeto III do Diálogo Social

A FNE voltou a Bruxelas em 8 de maio de 2018 para a segunda reunião do Grupo Consultivo do Projeto III do Diálogo Social Setorial Europeu na Educação, com vista à preparação da Conferência Final que vai decorrer em 13 e 14 de junho próximo, em Sofia, Bulgária. O Grupo Consultivo é composto por um represen-

tante dos seguintes oito países europeus: Dinamarca, Finlândia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta e Portugal (FNE).

O Projeto III denomina-se “Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação Por Uma Influência Sustentável na Construção de Políticas Educacionais Europeias Através de Um Diálogo Social Bem-Sucedido” e é financiado pela Comissão Europeia. O projeto contou com uma mesa redonda com parceiros sociais em cada um dos oito países, tendo a de Portugal decorrido em 8 de maio de 2017, no Ateneu Comercial do Porto, na cidade Invicta.



O projeto III de capacitação do Diálogo Social Setorial Europeu na Educação visa essencialmente o objetivo de como adaptarmos o diálogo social europeu às necessidades e prioridades de cada país e de como é que os parceiros sociais europeus (empregadores e trabalhadores) podem melhorar a sua atuação conjunta e os seus resultados em prol de uma Educação de qualidade.

Sindicatos promovem novas tecnologias para Educação inclusiva



Nos dias 26 e 27 de abril realizou-se em Lisboa uma formação organizada pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI) e o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), subordinado ao tema Sindicatos da Educação promovendo o uso das novas tecnologias para a Educação Inclusiva.

A formação contou com a participação de trinta professores, membros de sindicatos da educação de toda a região europeia abrangida pelo CSEE. O seminário visava juntar especialistas no âmbito da educação com sindicalistas, com o intuito de debater e prover os participantes com ferramentas e informações específicas nesta área.

A formação surgiu no seguimento de dois documentos políticos

do CSEE: a resolução aprovada na Conferência de 2016 em Belgrado, Sérvia, intitulada *Moldando a Profissão Docente do Século XXI*, para a qual a FNE contribuiu e nela participou como organização convidada, e do parecer sobre o «Plano de ação 2020 para a educação digital», aprovado no seu comité executivo.

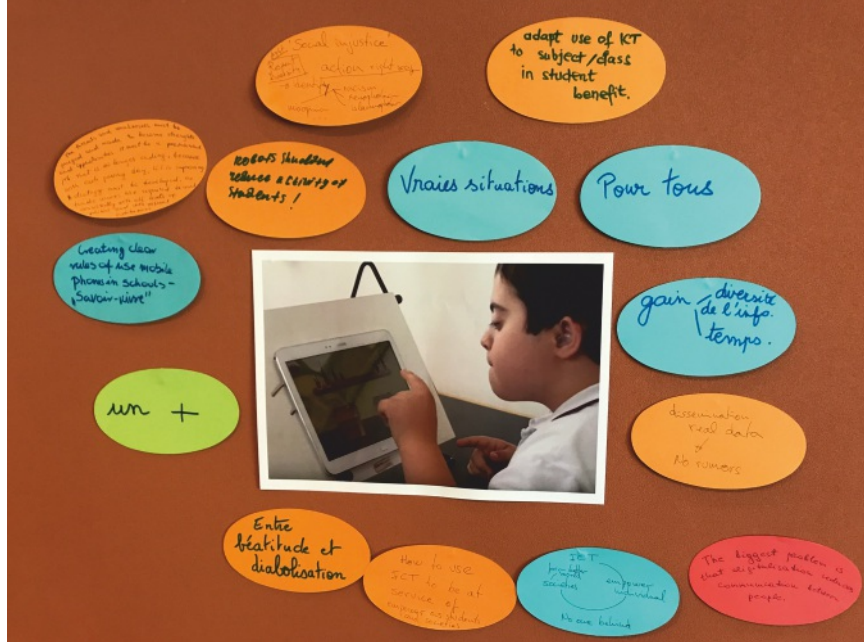
O evento contou com a presença de vários especialistas na matéria, que analisaram a situação atual do ensino e do impacto das novas tecnologias nas escolas, nos alunos e nos professores. Abordaram-se os aspetos fundamentais desta problemática baseados em quatro princípios de base: promoção da equidade e da qualidade; acesso e proteção da informação; formação dos

professores e ações de parcerias entre governos, escolas e empresas.

Desta análise emergiu uma lista de vários constrangimentos à democratização das tecnologias: privatizações e custos de funcionamento; e-inclusão; custos e necessidade de promover o acesso de todos às novas tecnologias; falta de formação apropriada dos professores para o rápido desenvolvimento tecnológico em curso; falta de práticas inclusivas e complexidade dos conteúdos e técnicas a desenvolver neste novo paradigma educativo.

Foram também referenciados alguns dos fatores de sucesso que estão na base dos bons resultados e das boas práticas observadas: forte financiamento público, metodologias e práticas inclusivas, motivação e atitudes positivas relativamente às TIC, atitude proativa dos professores, capacidade de motivar a comunidade educativa para investir mais nesta área, entre outras.

Estiveram presentes vários intervenientes internacionais ligados ao tema. Natalia Amelina apresentou o ponto de vista da UNESCO, bem como alguns dos projetos em curso a nível mundial. A Universidade de Lisboa esteve representada por três docentes, responsáveis pela pós-graduação em ensino de informática.



Alexandre Dias (FNE) sublinhou a necessidade de integrar todos os alunos nesta sociedade digital e que esta integração terá de contar com um forte investimento público, quer na atualização do software e hardware existentes, quer com uma aposta em novas ferramentas digitais. Referiu ainda a necessidade de criação de oportunidades de formação docente nesta área e na inclusão de outros técnicos especializados nos quadros das escolas.

Yves Punie, diretor da Unidade para a Inovação e Crescimento da UE, divulgou um conjunto de ferramentas de análise e auto-reflexão que podem ser utilizadas pelas escolas para estruturarem e mapearem as suas ações e metodologias: SELFIE self-reflection instrument for schools' digital capacity and a mapping/analysis of Free Digital Learning. Yves apresentou ainda um conjunto de boas práticas de inclusão e de ensino à distância desenvolvidas com as comunidades de emigrantes.

Stephanie de Vanssay, da UNSA (uma das Federações de Professores de França), deu a conhecer um conjunto de projetos de inclusão digital desenvolvidos pela sua organização nas escolas francesas e partilhou experiências no uso das redes sociais, no uso do formato digital na apresentação de trabalhos e na investigação por parte de professores e alunos.

Petr Pecenka da CMOSPS (uma das federações sindicais da República Checa) apresentou várias ferramentas digitais utilizadas com alunos com dificuldades de integração ou limitações mentais ou físicas, com

dificuldades de expressão, leitura e de concetualização mental.

A sessão final do evento analisou alguns dos projetos digitais implementados em Portugal e contou com a participação de um representante de cada uma das federações sindicais FNE e FENPROF, que refletiram sobre a política educativa neste setor.

A primeira apresentação foi conduzida por Margarida Videira, coordenadora do programa Escolhas, Medida IV. Explicou que este programa tem como objetivo trabalhar as competências digitais de alunos provenientes de meios sociais desfavorecidos, especialmente famílias ciganas ou emigrantes, promovendo a empregabilidade, a cidadania, a inclusão digital e o empreendedorismo em vários pontos do país, através de vários centros localizados junto destas populações.

Todas estas medidas deveriam ser implementadas e negociadas com as organizações sindicais de forma a garantir a participação ativa dos docentes neste processo.

João Paulo Silva, da FENPROF, salientou também a necessidade de serem assegurados os recursos humanos e técnicos nas escolas. Seguiu-se um período de pergunta/resposta onde os participantes apresentaram as suas questões e debateram o tema em causa.

Da avaliação da sessão ficou patente a necessidade de organizar mais eventos nesta área, que permitam às organizações sindicais refletir sobre este tema tão complexo e desafiante.

Alexandre Dias - FNE



Diplomas publicados em Diário da República maio de 2018

[Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2018 - DR nº 84/2018, Série I de 2018-05-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria uma Estrutura de Missão para o Projeto Meridiano [este Projeto tem como missão conceber e testar o uso das novas tecnologias e plataformas de informação e comunicação para divulgar as criações, na diplomacia pública e na ação cultural externa.]

[Declaração de Retificação nº 324/2018 - DR nº 84/2018, Série II de 2018-05-02](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Retifica o Despacho nº 4054/2018, de 11 de abril, publicado no DR, 2.ª série, nº 78, de 20 de abril de 2018.

[Despacho nº 4367/2018 - DR nº 85/2018, Série II de 2018-05-03](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação

É renovada a comissão de serviço à mestre Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais, no cargo de Secretária-Geral Adjunta da Educação e Ciência.

[Despacho nº 4368/2018 - DR nº 85/2018, Série II de 2018-05-03](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação

É renovada a comissão de serviço



ao mestre António Raúl da Costa Tôres Capaz Coelho, no cargo de Secretário-Geral da Educação e Ciência.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2018 - DR nº 86/2018, Série I de 2018-05-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o programa de comemorações da Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães (2019-2022), bem como o respetivo orçamento.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2018 - DR nº 86/2018, Série I de 2018-05-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova medidas de promoção da saúde global e cria um grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Ação para a Saúde Global 2018-2019.

[Portaria nº 119/2018 - DR nº 86/2018, Série I de 2018-05-04](#)

Educação

Define os termos e a forma como

se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário do pessoal docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira e a que se refere o nº 3 do artigo 36.º e o nº 1 do artigo 133.º do respetivo estatuto de carreira docente (ECD).

[Despacho nº 4408/2018 - DR nº 86/2018, Série II de 2018-05-04](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação

Delega competências no Secretário-Geral da Educação e Ciência, Mestre António Raul da Costa Torres Capaz Coelho.

[Decreto-Lei nº 30/2018 - DR nº 87/2018, Série I de 2018-05-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de serviços de viagens e alojamento no âmbito de deslocações em serviço público.

[Decreto-Lei nº 32/2018 - DR nº 88/2018, Série I de 2018-05-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980.

[Despacho nº 4523-A/2018 - DR nº 88/2018, 1º Suplemento, Série II de 2018-05-08](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho que determina o calendário de adoção de manuais escolares para 2018 e altera o despacho nº 11421/2014, de 11 setembro, publicado no DR, 2.ª série, nº 175, de 11 de setembro, na sua redação atual.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 58/2018 - DR nº 89/2018, Série I de 2018-05-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza o Instituto Superior Técnico a realizar a despesa necessária à celebração do contrato da empreitada da obra pública da reconversão da gare do Arco do Cego.

[Portaria nº 127/2018 - DR nº 89/2018, Série I de 2018-05-09](#)

Finanças e Saúde

Aprova os estatutos do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE). Revoga a Portaria nº 122/2013, de 27 de março.

[Despacho nº 4535/2018 - DR nº 89/2018, Série II de 2018-05-09](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Reconhece, para efeitos do Estatuto dos Benefícios Fiscais,

que a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L., prossegue atividades regulares consideradas de interesse educacional.

[Despacho nº 4580/2018 - DR nº 90/2018, Série II de 2018-05-10](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Delega competências no Presidente do Instituto Politécnico do Porto.

[Deliberação nº 586/2018 - DR nº 91/2018, Série II de 2018-05-11](#)

Publica a Deliberação relativa à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2019-2020.

[Deliberação nº 587/2018 - DR nº 91/2018, Série II de 2018-05-11](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas de 2019, 2020, 2021.

[Resolução da Assembleia da República nº 125/2018 - DR nº 92/2018, Série I de 2018-05-14](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar.

[Despacho nº 4698/2018 - DR nº 92/2018, Série II de 2018-05-14](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação
Subdelega competências na Diretora-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Doutora Luísa

da Conceição dos Santos do Canto e Castro de Loura, conferindo os poderes para praticar os atos no âmbito do procedimento 2018/020/DGEEC/AQ, relativo à aquisição de serviços de assistência pós-venda para Software Oracle ao abrigo do Acordo Quadro «Licenciamento de Software e serviços conexos».

[Decreto-Lei nº 33/2018 - DR nº 93/2018, Série I de 2018-05-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018.

[Decreto-Lei nº 34/2018 - DR nº 93/2018, Série I de 2018-05-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece os termos da integração dos trabalhadores da Administração Pública que prestam serviço nos programas operacionais, nos organismos intermédios e no órgão de coordenação dos fundos europeus.

[Portaria nº 140/2018 - DR nº 94/2018, Série I de 2018-05-16](#)

Finanças e Educação

Procede à primeira alteração da Portaria nº 224-A/2015, de 29 de julho, que define o regime de concessão do apoio financeiro por parte do Estado, às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, dança e artes visuais e audiovisuais da rede do ensino particular e cooperativo.

[Despacho nº 4896/2018 - DR nº 95/2018, Série II de 2018-05-17](#)

Finanças, Administração Interna e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e das Autarquias Locais e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação Autoriza a celebração de acordo de cooperação técnica com o Município de Loulé, tendo como objeto a cedência de edifício que permita dotar o concelho de valências no domínio do ensino artístico especializado.

[Despacho nº 4907/2018 - DR nº 95/2018, Série II de 2018-05-17](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei nº 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 272/2009, de 1 de outubro, para acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2018-2019, através dos regimes especiais.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2018 - DR nº 97/2018, Série I de 2018-05-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030.

[Portaria nº 142/2018 - DR nº 97/2018, Série I de 2018-05-21](#)

Negócios Estrangeiros, Finanças, Educação e Economia

Aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo Decreto-Lei nº 35-B/2016, de 30 de junho, para o primeiro semestre de 2018.

[Despacho nº 5036-A/2018 - DR nº 97/2018, 2º Suplemento, Série II de 2018-05-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Aprova as orientações a que se refere o nº 3 do artigo 64.º da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), para a fixação

das vagas para os concursos nacional e locais para ingresso no ensino superior público no ano letivo de 2018-2019.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 67/2018 - DR nº 99/2018, Série I de 2018-05-23](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à edição do ano de 2018 do Orçamento Participativo Jovem Portugal.

[Despacho nº 5151/2018 - DR nº 99/2018, Série II de 2018-05-23](#)

Negócios Estrangeiros, Finanças, Administração Interna, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Saúde, Planeamento e Infraestruturas, Economia, Ambiente, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar - Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Saúde, da Economia e do Ambiente, da Ministra do Mar, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, das Autarquias Locais, do Desenvolvimento e Coesão, da Agricultura e Alimentação e das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

Estabelece a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: Liderar a Transição (PAEC).



[Portaria nº 149/2018 - DR nº 100/2018, Série I de 2018-05-24](#)

Finanças, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação

Aprova o Regulamento do Curso de Formação Específico para Integração de Trabalhadores na Carreira Especial de Inspeção aplicável à Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

[Despacho nº 5198/2018 - DR nº 100/2018, Série II de 2018-05-24](#)

Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Altera a composição do grupo de trabalho constituído através do Despacho nº 7115/2016, publicado no DR, 2.ª série, nº 104, de 2016-05-31, com a missão de monitorizar e colaborar na preparação e execução das medidas de controlo orçamental a implementar pelas Instituições de Ensino Superior.

[Parecer nº 8/2018 - DR nº 101/2018, Série II de 2018-05-25](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Regime jurídico das instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento.

[Parecer nº 9/2018 - DR nº 101/2018, Série II de 2018-05-25](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e outras habilitações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras.

[Parecer nº 10/2018 - DR nº 101/2018, Série II de 2018-05-25](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre o Estatuto do Estudante Internacional.

[Parecer nº 11/2018 - DR nº 102/2018, Série II de 2018-05-28](#)

Educação - Conselho Nacional de

Educação

Parecer sobre Currículo dos ensinos básico e secundário.

[Parecer nº 12/2018 - DR nº 102/2018, Série II de 2018-05-28](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre o Regime Jurídico de Graus e Diplomas do Ensino Superior.

[Parecer nº 13/2018 - DR nº 103/2018, Série II de 2018-05-29](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre Regime jurídico dos centros académicos clínicos.

[Despacho nº 5399/2018 - DR nº 104/2018, Série II de 2018-05-30](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Designa personalidades para integrar o Conselho científico-pedagógico de formação contínua.



GREVE

PROFESSORES E EDUCADORES

18 A 29 JUNHO 2018

A TODA A ATIVIDADE DOCENTE DE AVALIAÇÃO
DOS ALUNOS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO
E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

BASTA!
JÁ É TEMPO DE CORRIGIR INJUSTIÇAS!

ELIMINAR A PRECARIIDADE
QUE CONTINUA A MARCAR
A VIDA PROFISSIONAL DE
MILHARES DE DOCENTES

TEMPO DE TRABALHO
FUNDAMENTALMENTE
LIGADO A
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

BASTA!
JÁ É TEMPO DE CORRIGIR INJUSTIÇAS!

ELIMINAR
OS PROCEDIMENTOS
BUROCRÁTICOS
QUE SOBRECARGAM

Compromissos são para cumprir!

OS PROFESSORES E EDUCADORES EXIGEM:

contagem integral do tempo de serviço para efeitos de carreira

regras próprias para a aposentação

horários de trabalho de 35 horas efetivas

reposição da justiça, transparência e legalidade nos concursos de Professores



FICHA TÉCNICA
MAIO 2018

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato
Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira * Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte * Sindicato dos
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Tiago Soares

